

Arinos quer governo na Constituinte

O senador Afonso Arinos de Melo Franco (PFL-RJ) defendeu ontem, em Brasília, a "presença ostensiva do Executivo no Congresso Nacional" por meio de um líder a ser indicado pelo presidente da República. A seu ver, "é natural e aceitável" que, num regime presidencialista, o Executivo "explique, justifique e se articule com os parlamentares, quando estiver tratando de assuntos de seu interesse", sem, no entanto, interferir nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, o que configuraria ingerência.

Na opinião de Arinos, enquanto os partidos têm compromissos políticos no Congresso, o Executivo tem diretrizes administrativas, que são discutidas com os parlamentares, exigindo a presença de um líder como interlocutor. Num regime parlamentarista, observou, isso não seria necessário. E aproveitou para informar que a tese do regime parlamentarista ganha a cada dia novos adeptos, sendo hoje dominante na Constituinte. "Já vencemos esta" — garantiu o senador.

Sant'Anna é líder no Congresso

FLAMARION MOSSRI
O ex-ministro da Saúde e deputado federal Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) aceitou o convite do presidente Sarney e já é o líder do governo no Congresso Nacional. Sant'Anna e seus auxiliares gostaram muito do adiamento, de hoje para amanhã, da eleição do líder do PMDB na Câmara, pois o deputado balançou sentença em condições de vencê-la, desde que afastada a candidatura do mineiro Milton Reis. Vencendo, Sant'Anna acumularia a liderança da bancada com a do governo. Esse foi o acerto a que chegaram ontem líderes do PMDB e o presidente Sarney. Com essa solução ficaria superada a reação negativa à nomeação de um líder do governo, enquanto a bancada na Câmara elegeria outro nome. Vários deputados peemedebistas, mineiros inclusive, estão empenhados em convencer Milton Reis a sair da disputa e apoiar Carlos Sant'Anna.

mara, adiada para amanhã. Com o respaldo da bancada partidária, ele poderia aceitar, também, o cargo de líder do governo.
DESGOSTO NO PMDB
Neste caso, estaria superado — ou adiado — o atrito entre o Planalto e o PMDB, se confirmada a escolha de um líder do governo à revelia da bancada peemedebista e antes de sua decisão. Para muitos, se Sarney tivesse feito isso ontem estaria dando uma moção de desconfiança ao PMDB.



A preocupação do presidente da República é que o PMDB, pelas suas lideranças formais e informais, não hostilize seu governo na Constituinte — como aconteceu na recente reunião da bancada, que aceitou a proposta dos "xilitas", pela Constituinte exclusiva e com poderes para reformar a Constituição vigente.

Ulysses Guimarães não está gostando nem um pouco de um líder do governo independente da bancada do PMDB. Como presidente do partido, da Câmara e da Constituinte, Ulysses não gostaria de ceder espaço a outro político, atuando no Congresso (formalmente) e na Constituinte (informalmente), como coordenador dos interesses do Planalto no partido e perante os constituintes.

Se até hoje a tarde não se confirmar o acordo Sant'Anna-Milton Reis, o presidente Sarney indicará o líder do governo no Congresso e, nesse caso, Carlos Sant'Anna desistirá de concorrer à eleição de líder, amanhã. A disputa ficaria entre Luiz Henrique, Milton Reis e João Hermann.

BOATOS E CRÍTICAS
Domingo e ontem de manhã, já circulava em Brasília a notícia de que o presidente da República havia decidido indicar o ex-ministro da Saúde e candidato a líder da bancada, deputado constituinte Carlos Sant'Anna, para a função de líder do governo no Congresso.

No final da tarde de ontem, porém, no plenário, no Salão Verde e na sala do café as notícias já eram outras: Sarney havia repensado e, talvez, nem indicasse mais um líder do governo no Congresso. Ulysses Guimarães chegou a revelar a parlamentares de sua intimidade que o presidente não tinha decidido nada — nem quanto à liderança, nem com relação ao nome do parlamentar que exerceria a função de líder do governo. "Ele não forçará a decisão sem falar antes comigo", esclareceu.

Ulysses disse que na sua conversa telefônica com Sarney, pela manhã, ficara sabendo que ainda não havia decisão alguma. Ele não demonstrou simpatia pela idéia do presidente de escolher o líder do governo no Congresso. Explica-se: Ulysses pretende ver o Congresso — Câmara e Senado — desativado, numa espécie de recesso branco, apenas se reunindo em ocasiões excepcionais.

Na sua opinião, os líderes partidários eleitos pelas respectivas bancadas poderiam também atuar nos debates da Constituinte nessa condição: "Vejam vocês, por exemplo, o senador Fernando Henrique Cardoso. Ele é o líder do PMDB no Senado, mas vem atuando muito bem na Constituinte". Ontem, o deputado João Hermann, do PMDB paulista e candidato à liderança da bancada partidária, discordou da iniciativa, afirmando que, se o escolhido for da sua bancada, terá de submeter-se à sua liderança, se for confirmado no cargo.

O deputado Egidio Ferreira Lima, do PMDB pernambucano, considerou a idéia de Sarney "um erro político grave".

Os representantes dos candidatos Milton Reis, deputado José Ulysses (MG), e de Luiz Henrique, deputado Paulo Macarini (SC), concordaram com o adiamento, recebendo entusiasticamente pelo representante de Sant'Anna, deputado Jutahy Magalhães Júnior (BA). Somente discordou, e foi voto vencido, o representante do candidato João Hermann (SP), deputado Domingos Leonelli (BA), que parece ter percebido a tentativa de aliança entre os moderados Carlos Sant'Anna e Milton Reis, nas próximas 24 horas.

A demora na indicação de Carlos Sant'Anna para líder do governo no Congresso — e atuar extra-oficialmente como coordenador e representante do presidente da República na Constituinte — deve-se, principalmente, às reações que surgiram em diversos setores do PMDB, a começar por Ulysses Guimarães, presidente do partido. Apesar disso, há informações dando conta de que Sant'Anna foi convidado, aceitou o cargo, mas pediu tempo, pois está certo de que poderá vencer a eleição na Câ-



Alencar Monteiro

Conversa na primeira fila

"Se o governo tiver mesmo seu líder no Congresso, o PMDB fica desobrigado de defendê-lo", disse o líder do PMDB, senador Fernando Henrique Cardoso, ao presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho e ao deputado Delfim Netto (PDS-SP). O ex-ministro do Planejamento concordou: "O argumento é correto, é perfeito".

O diálogo travou-se, ontem, na primeira fila do plenário da Câmara, à esquerda, onde se senta a bancada

do primeiro partido de oposição, quando ali parou o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, travando bem-humorada conversa com Passarinho, Delfim Netto e Jorge Arbage (PDS-PA), que logo atraiu a atenção de fotógrafos e jornalistas.

Cardoso lembrou a Passarinho recente debate de tevê de que participaram: "Os seus amigos disseram que eu aderi ao PDS e os do PMDB

que você aderira a nós. Tomara que a última seja verdade".

O líder do PDS, Amaral Neto, se aproximou, curioso, para saber o que havia sido conversado. Delfim brincou: "Chegamos à conclusão de que o Sarney vai te escolher líder do governo".

O deputado fluminense brincou: "Isso é um elogio. Porque, para defender esse governo, só sendo um cara muito competente".

PMDB deixa para escolher líder amanhã

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A eleição do líder do PMDB na Câmara foi adiada para amanhã à tarde, e a escolha poderá dar-se em dois turnos, caso nenhum dos candidatos obtenha a maioria dos 257 votos. O adiamento foi decidido ontem durante reunião dos representantes dos quatro candidatos ao cargo: deputados João Hermann (SP), Carlos Sant'Anna (BA), Milton Reis (MG) e Luiz Henrique (SC).

A reunião foi presidida pelo líder do partido na Câmara, Pimenta da Veiga, que durante a discussão recebeu telefonema do deputado Ulysses Guimarães em seu gabinete.

O candidato Luís Henrique esteve representado pelo deputado Paulo Macarini (SC), o deputado Milton Reis pelo deputado José Ulysses e o deputado Carlos Sant'Anna pelo deputado Jutahy Júnior, coordenador do PMDB baiano. O deputado Domingos Leonelli, que representou o deputado João Hermann, foi surpreendido pela proposta de adiamento e votou contra, afirmando que as regras desse tipo de jogo não podem ser mudadas. O deputado João Hermann disse tratar-se "de um golpe", mas sem precisar contra quem.

O deputado Domingos Leonelli interpretou a decisão de adiar a eleição sobre a questão da escolha de um líder do governo para atuar no Congresso. Leonelli esclareceu que o problema não foi colocado nesses termos durante a reunião, pois o argumento utilizado para justificar a medida foram questões meramente formais e a ausência de alguns deputados, que ainda não retornaram a Brasília.

REGRAS

Ficou decidido que os quatro candidatos terão 15 minutos cada para debater e apresentar suas propostas, no período entre 9 horas e 10h30. Em seguida, os deputados terão direito a formular perguntas aos candidatos, utilizando para isso apenas dois minutos. Os candidatos interromperão após três minutos para responder, mas não poderão debater entre si.

A eleição começará às 17 horas, estendendo-se até às 21h30. Se nenhum dos candidatos obtiver a maioria dos votos dos presentes, haverá novo escrutínio na quinta-feira, iniciando-se a votação às 9 horas.

Benevides é o vice que Ulysses quer

O senador Mauro Benevides (PMDB-RN) é o candidato de Ulysses Guimarães para a 1ª vice-presidência da Constituinte, cargo que está sendo disputado, ainda, pelo senador Guilherme Palmeira (PFL-AL) e pelos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Aloysio Chaves (PFL-PA).

A Mesa da Constituinte, segundo o anteprojeto de regimento interno que deverá ser votado até o final do mês, é composta de três vice-presidentes, cinco secretários e cinco suplentes. Os treze cargos deverão ser preenchidos por candidatos de todos os partidos, mantendo a tradição da presidência da Câmara e do Senado.

Enquanto alguns constituintes defendem a ampliação desse número, os deputados José Carlos Vasconcelos (PMDB-PE), Fernando Gasparian (PMDB-SP), Aloísio Campos (PTB-SP), Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), e os senadores Nivaldo Machado (PFL-PE) e Mauro Benevides (PMDB-RN) já são apontados como preferidos. O deputado Prisco Viana (PMDB-BA) também já anunciou que é candidato a qualquer desses cargos.

Delfim diz que Lula e ele têm objetivo comum

O deputado Delfim Netto (PDS-SP) disse ontem em São Paulo não ver nenhum obstáculo que o impeça de manter um bom relacionamento com o líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, durante os trabalhos da Constituinte, apesar de ambos seguirem linhas ideológicas opostas. Segundo Delfim, o que importa é que ambos têm em comum, como linha de atuação, a defesa dos direitos dos trabalhadores, embora diverjam quanto a forma como deve ser tratada a questão dos bens de produção.

"Não creio num acordo (com Lula) — considero Delfim —, o que parece que ele disse é que conversaria com qualquer pessoa, dentre elas, eu também. Eu gostaria de dizer, em primeiro lugar, que não há nenhuma razão pela qual eu e o deputado Lula não possamos ter uma convivência urbana, inteligente, correta, e que deve ter pontos em comum. Uma coisa que eu acho fundamental é preciso esclarecer: as pessoas às vezes supõem que existe algum com o monopólio do amor ao Brasil, ou o monopólio do amor ao proletariado. Tudo isso é uma grande ilusão. Todos nós queremos o melhor para o Brasil, todos nós queremos o melhor para os trabalhadores. E isso é fundamental que se diga: pode haver divergências sobre como fazer o melhor para o trabalhador e para o Brasil. Eu acredito que é realista quem realmente procura fazer isso dentro das limitações em que vive, e produz bem mais para o trabalhador do que pura conversa. De forma que, na minha opinião, não existe razão pela qual eu e o Lula não possamos ter muitos pontos em comum."

Sobre a viabilidade de uma futura composição, Delfim esclareceu: "Não se trata de composição, foi o que ele falou. Mas há pontos em que vamos divergir seriamente. Por exemplo, o Lula defende abertamente a propriedade estatal dos bens de produção, a propriedade coletiva. Eu acho que isso é um grande equívoco. Eu defendo, na realidade, a propriedade privada dos bens de produção, porque entendo que serve muito melhor aos trabalhadores do que a propriedade coletiva".

"Mas há coisas em que nós estamos de acordo — ressaltou. — Todos nós queremos o aumento do salário real dos trabalhadores, mas eu acho que isso só pode acontecer através do aumento da produtividade. Todos nós queremos que o Brasil caminhe para uma diminuição das horas de trabalho, mas isso também tem de ser através de uma reorganização do processo industrial, para que não venha a produzir dificuldades maiores. Todos nós desejamos a plena liberdade do movimento sindical. A sua pluralidade é fundamental. E isso não é monopólio de ninguém. As pessoas acham que é preciso realmente incorporar o trabalho ao processo social. E todos pensam igual, por exemplo, que a greve é um direito absolutamente líquido e certo do trabalhador. Esse foi o único instrumento que o trabalhador descobriu dentro do regime de liberdade, que é a liberdade produzida pelo regime capitalista, que provoca e produz uma melhoria persistente da posição dos trabalhadores na distribuição de renda."

Marinha tenta primeiro garantir equipamentos

ZENAIDE AZEREDO

As discussões sobre o papel constitucional dos militares, bem registrando ponto de vista semelhantes nas Forças Armadas, que defendem a manutenção dos atuais preceitos de participação na defesa interna e externa do País. Mesmo assim, Exército, Marinha e Aeronáutica estão atuando de maneira distinta na elaboração da nova Constituição.

Enquanto o Exército e a Aeronáutica continuam pautando sua atuação na mesma fórmula vigente antes da instalação da Constituinte, a Marinha adotou tática inovadora e mais política. No momento em que os constituintes tentam definir o andamento dos trabalhos da Assembléia e o próprio regimento interno, as habituais conversas entre o assessor parlamentar da força naval e os congressistas se desenvolvem sobre temas mais amenos, como as necessidades da Marinha.

Nessa primeira fase de trabalhos constitucionais, a estratégia, considerada mais promissora, é revelar aos parlamentares que a Marinha brasileira, das mais bem equipadas no século passado, é hoje a quinta da América Latina. Desta forma, a Marinha deixa claro que a discussão em torno do papel constitucional das Forças Armadas não é assunto para ser levado para a pauta de preocupações dos constituintes, pelo menos na fase inicial.

Como força eminentemente voltada para a defesa externa, preocu-

pada com a dependência do Brasil em relação ao oceano, a Marinha mostra-se mais profissional em suas aspirações constitucionais. E, taticamente, deixa a inquietação com o papel constitucional de defesa interna para uma discussão posterior.

Na primeira semana da Constituinte, o assessor parlamentar da Marinha conversou com cerca de 60 parlamentares dos mais diversos partidos, além de almoçar com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), cogitado entre seus colegas para relator da comissão constitucional. Em todos esses contatos, sua principal preocupação tem sido a de relatar as necessidades materiais da força naval. O próprio ministro Henrique Sabóia, através de seu representante, deixou claro que é exatamente dotando as Forças de equipamentos modernos, a pagando bem, que os militares se sentirão mais inclinados a se dedicar às suas atividades profissionais, afastando-se, conseqüentemente, da política.

A partir da segunda fase dos trabalhos constituintes é que o ministro irá definir o passo seguinte da atuação de seus representantes no Congresso. E aí sim deve abordar a questão da soberania nacional. Enquanto isso, vai ativando seus canais de comunicação entre o Legislativo e o Ministério, permitindo que os parlamentares conheçam melhor a força e possam decidir "soberanamente, sem pressões".

Sarney dá a notícia a Maurílio

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney comunicou ontem ao deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) que o deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) é o líder do governo no Congresso e pediu ao constituinte pernambucano que hoje de manhã procure Sant'Anna para negociar uma solução para a sua proposta de dar poderes à Constituinte no sentido de modificar a Constituição atual.

O presidente Sarney, como chefe de Estado, declarou-se contra a proposta do deputado, segundo disse Maurílio Ferreira Lima, e fez uma observação para fundamentar seu desacordo: "Podemos ter uma crise econômica, mas não podemos ter crises políticas". Ferreira Lima não quis interpretar as palavras do presidente, mas disse que chegou a argumentar para o chefe da Nação, defendendo a sua proposta, que existe uma vontade na Constituinte de definir a sua soberania. Desse modo, se fosse votada logo sua proposta, a questão já se encerraria.

Hoje pela manhã, segundo Maurílio Ferreira Lima, o presidente Sarney deverá anunciar a escolha de

Carlos Sant'Anna para líder do governo. Ontem, ele perguntou a opinião do deputado sobre o nome escolhido e Ferreira Lima afirmou que não vê nenhum inconveniente em o governo ter o seu líder no Congresso para conduzir as negociações com o PMDB e outras forças políticas. O deputado pernambucano disse também que acha Sant'Anna um companheiro de bancada com o qual se pode conversar.

Maurílio Ferreira Lima disse que hoje procurará Carlos Sant'Anna e declarou-se disposto a retirar a sua proposta desde que surja outra, de consenso, que tenha a essência do que pretende. "Sempre apoiarei todas as medidas do presidente Sarney adotadas para consolidação da transição democrática", declarou. Mas, o certo, segundo ele, é que existe um desejo muito grande em se definir o que seria a natureza da soberania da Constituinte.

O presidente Sarney, contudo, disse para o deputado que, na condição de chefe de Estado, entende que deve haver uma ordem constituída e a hierarquia das leis. Na interpretação do presidente, de acordo o deputado, o momento exato para alterar as regras vigentes seria durante a vo-

tação das disposições transitórias da futura Constituinte. Maurílio Ferreira Lima disse que não fechava questão. O importante, conforme afirmou, é que a Assembléia Nacional Constituinte se coloque acima do texto em vigor. "Nós queremos o ato simbólico que configure este poder", concluiu.

O presidente Sarney manteve, até a noite de ontem, intensos contatos com as lideranças do PMDB em busca de um ponto de equilíbrio para poder finalmente anunciar o nome do parlamentar que será líder do governo no Congresso Nacional. Pela manhã, ele ligou para o presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, e continuou efetuando telefonemas de seu gabinete durante toda a tarde. O presidente deixou o Palácio do Planalto mais cedo do que o habitual — às 18h10 —, mas sua assessoria explicou que tinha compromisso na casa "de um amigo". De acordo com Frota Neto, o quadro continuou inalterado até o final do expediente, embora não se possa descartar que a escolha e anúncio do líder do governo ocorra hoje mesmo, antes da escolha da liderança da bancada do PMDB na Câmara.

Decisão adiada por um dia

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Carlos Sant'Anna pediu ao presidente da República que não o designasse líder do governo no Congresso, porque prefere disputar os votos na bancada para líder do PMDB, mas admite que embora tenha conseguido sustar por um dia a decisão presidencial, José Sarney poderá voltar atrás e ainda designá-lo, hoje, para a função de líder do governo. Sarney está pessimista com relação às possibilidades de Sant'Anna na bancada, mas o parlamentar baiano acha que pode vencer, especialmente se o mineiro Milton Reis

desistir da disputa. Vários parlamentares, entre eles Roberto Cardoso Alves, estão convencendo Reis a desistir, e acham que isso pode acontecer se Sant'Anna for liberado por Sarney para a disputa.

Caso dispute efetivamente a liderança do PMDB e vença, acha Carlos Sant'Anna que ficará afastada a idéia do líder do governo. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, também não gosta da tese do líder do governo, mas como admite o ex-ministro da Saúde, o presidente Sarney deseja ter uma pessoa de sua confiança na liderança do partido — ou do governo, como alternativa, no

Congresso. A desistência eventual de Milton Reis daria pelo menos mais 22 votos a Sant'Anna, segundo suas previsões. "Sou contra o líder designado e quero disputar, mas na eventualidade aceitaria acumular as funções de líder do governo e do PMDB", disse Carlos Sant'Anna depois de passar o dia em seu gabinete mantendo contatos telefônicos. Sant'Anna falou com Sarney por telefone, e horas mais tarde o presidente disse ao deputado Maurílio Ferreira Lima para começar a tratar "com o Sant'Anna" da proposta sobre a edição de atos institucionais apresentada pelo deputado pernambucano.

Médico e ex-ministro

O deputado constituinte Carlos Correa de Menezes Sant'Anna, 54 anos, viúvo, sete filhos, nasceu em Salvador e militou ativamente nos movimentos estudantis da Bahia durante os anos 50. Em 1955 formou-se médico pela Universidade Federal da Bahia, onde, após concurso, atuou como professor adjunto. Em 1971, através da Organização Mundial da Saúde, cursou Pedagogia em Paris. Ao regressar, em 1974, elegeu-se deputado estadual pela Arena, mas não chegou a exercer o mandato. Prestou juramento constitucional e ocupou a Secretaria da Educação, que o então governador balano, Roberto Santos, seu introdutor na política, havia lhe reservado.

Em 1978, Carlos Sant'Anna elegeu-se deputado federal, também

pela Arena. Dois anos depois, com a reformulação partidária, ingressou no PP, sendo vice-líder na bancada na Câmara. Com a incorporação do PP ao PMDB, disputou a liderança do partido com Freitas Nobre, continuou como um dos vice-líderes por algum tempo, mas foi afastado por haver começado a articular o Grupo Unidade para lançar a candidatura Tancredo Neves.

Em 1985, assumiu o Ministério da Saúde com uma determinação: reformular a política federal de saúde, a partir de um sistema de ações unificadas, mas não teve tempo de concluí-la. Como deputado, só apresentou dois projetos de lei autorizando o Executivo a incluir no preço do maço de cigarros uma taxa especial destinada a arrecadar recursos para combater o câncer.

